

14/04/2009

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 93.393-9 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. CEZAR PELUSO
PACIENTE(S)	: ROQUE CÉSAR RODRIGUES
IMPETRANTE(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: AÇÃO PENAL. Justa causa. Inexistência. Delito de furto. Subtração de roda sobressalente com pneu de automóvel estimados em R\$ 160,00 (cento e sessenta reais). Res furtiva de valor insignificante. Crime de bagatela. Aplicação do princípio da insignificância. Irrelevância de considerações de ordem subjetiva. Atipicidade reconhecida. Absolvição. HC concedido para esse fim. Precedentes. Verificada a objetiva insignificância jurídica do ato tido por delituoso, é de ser afastada a condenação do agente, por atipicidade do comportamento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro CELSO DE MELLO, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em deferir o pedido de habeas corpus, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra ELLEN GRACIE.

Brasília, 14 de abril de 2009.



Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator



14/04/2009

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 93.393-9 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. CEZAR PELUSO
PACIENTE(S)	: ROQUE CÉSAR RODRIGUES
IMPETRANTE(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - (Relator): Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ROQUE CÉSAR RODRIGUES, contra decisão do Superior Tribunal de Justiça que, no **Recurso Especial nº 961.844**, restabeleceu a condenação do paciente como incurso nas penas do art. 155, combinado com os artigos 14, II, e 61, I, todos do Código Penal.

O paciente foi denunciado pelo furto de uma roda sobressalente com pneu de automóvel, avaliados em R\$ 160,00 (apenso, fls. 19). Após a condenação em primeira instância, a defesa recorreu ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que deu provimento ao recurso e, com base no princípio da insignificância, absolveu o réu.

O Ministério Público ingressou com recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, alegando a não incidência do princípio da insignificância no caso concreto. O apelo foi provido, em decisão assim ementada:

“PENAL. RECURSO ESPECIAL. FURTO TENTADO. BEM DE PEQUENO VALOR (R\$ 54,00). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.



HC 93.393 / RS**REINCIDÊNCIA. PERICULOSIDADE DO AGENTE.
INAPLICABILIDADE. PROVIMENTO.**

1. Considerando-se que a tutela penal deve se aplicar somente quando ofendidos bens relevantes e necessários à sociedade, posto que é a última dentre todas as medidas protetoras a ser aplicada, cabe ao intérprete da lei repressora delimitar o âmbito de abrangência dos tipos penais abstratamente positivados no ordenamento jurídico, de modo a excluir de sua proteção aqueles fatos provocadores de ínfima lesão ao bem jurídico protegido, abrindo ensejo à aplicação o princípio da insignificância.

2. Verificada a excludente de aplicação da pena, por motivo de política criminal, é imprescindível que a sua aplicação se dê de forma prudente e criteriosa, razão pela qual é necessária a presença de certos elementos, tais como (1) a mínima ofensividade da conduta do agente; (2) a ausência total de periculosidade social da ação; (3) o ínfimo grau de reprovabilidade do comportamento e (4) a inexpressividade da lesão jurídica ocasionada, consoante já assentado pelo colendo Pretório Excelso (HC 84.412/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJU 19.04.2004).

3. A ofensividade mínima, que leva à aplicação da medida descriminalizadora, não está diretamente vinculada ao conceito de pequeno valor, que, por sinal, somente é passível de aferição casuística, uma vez que depende exclusivamente do contexto em que inserido o fato; neste caso ocorreu a tentativa de subtração de coisas de valor econômico mínimo, de um supermercado.

4. A reincidência específica do agente é causa suficiente a ensejar uma maior rigidez na penalização da conduta, posto que evidencia sua tendência à criminalidade. Tanto é assim, que está incluída no rol de causas agravantes da pena, denotando a preocupação do legislador em despender tratamento mais rigoroso aos chamados criminosos usuais.

5. Recurso Especial a que se dá provimento, em conformidade com parecer ministerial." (fls. 22-23).

Alega o impetrante que esta Corte já decidiu, no **RHC 89.624**, pela insignificância de furto de quantia similar. Requer, liminarmente, a suspensão da eficácia da sentença penal condenatória e a expedição de alvará de soltura, caso o paciente esteja preso. No mérito, requer seja anulada a ação penal, declarando-se a atipicidade da conduta em razão do valor inexpressivo da *res furtiva*.

HC 93.393 / RS

A liminar foi deferida (fls. 33-37), uma vez que, em juízo prévio e sumário, foi verificado o *fumus boni iuris* no caso. Ocorre que a decisão atacada baseou seu dispositivo em característica subjetiva, qual seja, a reincidência específica do agente, o que não se coaduna com os pressupostos do princípio da insignificância.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem, ao considerar que *“houve uma ponderação acerca da reincidência específica, não se pode negar. Contudo, tal se deu após terem sido avaliadas diversas outras circunstâncias, bem como os elementos que compõem o conceito do princípio da insignificância, hábeis a conduzir aquele ‘decisium’ ao mesmo desfecho”* (fls. 56-60).

É o relatório.

HC 93.393 / RS

VOTO**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - (Relator): 1. Concedi**

a liminar nos seguintes termos:

“O princípio da insignificância, entendido como ‘princípio regulativo que mantenha íntegro somente o campo de punibilidade indispensável para a proteção do bem jurídico’, afasta a tipicidade da conduta. Isso significa dizer que, quando o fato observado seja incapaz de lesar, concretamente, o bem jurídico tutelado, lhe falta um dos elementos do crime. Nesse caso, portanto, o fato é atípico.

Isso não significa que a aferição do princípio da insignificância se limite a medir o valor monetário subtraído, nos casos de furto. É evidente que as circunstâncias objetivas – as condições econômicas da vítima e do acusado, por exemplo – devem ser levadas em consideração para que se possa extrair a medida da relevância do fato. Nesse sentido, a decisão do Min. CARLOS BRITTO, *in verbis*:

‘O parâmetro para aplicação do princípio da insignificância, de sorte a excluir a incriminação em caso de objeto material de baixo valor, não pode ser exclusivamente o patrimônio da vítima ou o valor do salário mínimo, pena de ensejar a ocorrência de situações absurdas e injustas’ (HC nº 84.424, Rel. Min. CARLOS BRITTO, DJ 07/10/2005)

Mas, se as circunstâncias revelarem que o bem jurídico não foi posto em risco, afasta-se a tipicidade da conduta. É pacífico o posicionamento desta Corte sobre a atipicidade pela aplicação do princípio da insignificância e a consequente desconsideração de aspectos subjetivos para a sua incidência:

‘O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUALIFICA-SE COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO MATERIAL DA TIPICIDADE PENAL.

- O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina.

HC 93.393 / RS

Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público.' (HC 84.412, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJ 19/11/2004)

'A caracterização da infração penal como insignificante não abarca considerações de ordem subjetiva: ou o ato apontado como delituoso é insignificante, ou não é. E sendo, torna-se atípico, impondo-se o trancamento da ação penal por falta de justa causa.' (HC 77.003, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJ 11/09/1998).

'AÇÃO PENAL. Justa causa. Inexistência. Delito de furto. Subtração de garrafa de vinho estimada em vinte reais. *Res furtiva* de valor insignificante. Crime de bagatela. Aplicação do princípio da insignificância. Atipicidade reconhecida. Extinção do processo. HC concedido para esse fim. Precedentes.

Verificada a objetiva insignificância jurídica do ato tido por delituoso, é de ser extinto o processo da ação penal, por atipicidade do comportamento e conseqüente inexistência de justa causa.' (HC nº 88.393, Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJ 08/6/2007).

No caso, verifico que a fundamentação da decisão que reformou o acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e afastou a aplicação do princípio da insignificância se fundou, basicamente, na condição de reincidente específico que ostenta o réu, *verbis*:

'12. (...) o bem objeto da tentativa de furto pelo ora paciente pode até, eventualmente, ser tido como de pequeno valor, porém a conduta em si merece uma censura penal, porquanto violou bem jurídico que não pode se ter por desprezível.

13. Outrossim, segundo consta dos autos, o réu, além de reincidentes, possui personalidade voltada para o crime; fatos estes que evidenciam a necessidade da maior rigor na análise da reprovabilidade e periculosidade de seu comportamento.

14. Frise-se, por oportuno, que não se ignora o entendimento pacificado nesta Corte de que as circunstâncias de caráter eminentemente pessoais, tais como reincidência e maus antecedentes, não interferem no reconhecimento do chamado crime de bagatela (REsp. 827.960/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 18.12.2006).



HC 93.393 / RS

15. Entretanto, descartar anteriores condenações penais transitadas em julgado na aferição casuística da periculosidade social e reprovabilidade da ação do agente, seria, no meu modesto sentir, afrontar o princípio da isonomia, posto que estar-se-ia conferindo mesmo tratamento a situações subjetivas completamente desiguais, impedindo que a estrutura estatal repressiva pondere com a necessária distinção esses comportamentos tão evidentemente díspares, a saber, o delinquente que pratica pequenos furtos e o que comete um crime eventual.

16. Ora, uma pessoa que execute infrações penais de *forma habitual*, ainda que de reduzido juízo de censura, não pode ter sua conduta tolerada pela coletividade, como poderia, a princípio, acontecer no caso de um delito ocasional, praticado uma única vez por alguém (delinquente episódico). A conduta, abstratamente considerada, poderia até ser a mesma, mas a reprovabilidade dos comportamentos, traduzida na maior intranquilidade gerada no meio social, por certo não se equivaleriam.

17. Desse modo, tenho que a reincidência específica do agente é causa suficiente a ensejar uma maior rigidez na penalização da conduta, posto que evidencia sua tendência à criminalidade. Tanto é assim, que está incluída no rol de causas agravantes da pena, denotando a preocupação do legislador em despendar tratamento mais rigoroso aos chamados criminosos usuais.

Não cabem, para a averiguação da tipicidade da conduta, ponderações sobre as *circunstâncias pessoais* do agente. Se determinado fato não é típico, passa a ser irrelevante se foi praticado por reincidente contumaz ou por alguém que não tenha antecedentes criminais, pois não há crime!

Assim, se a análise concreta do fato em exame levar à conclusão de que a lesão ao bem jurídico é insignificante, a atipicidade do fato leva à inexistência de crime, pouco importando as circunstâncias pessoais do agente. A motivação do acórdão reputado pela defesa como configurador de constrangimento ilegal, ao ignorar a apreciação do *fato*, não é, pois, suficiente para afastar a aplicação do princípio da insignificância no caso.

Além disso, a condenação do paciente ao cumprimento de pena de nove meses em regime inicial semi-aberto representa ameaça concreta a sua liberdade, demonstrando o *periculum in mora*.” (fls. 33-37).

Confirmo a liminar. Tenho que a decisão impugnada se fundou, essencialmente, na condição de reincidente específico do réu para afastar a aplicação do princípio da insignificância.

HC 93.393 / RS

Ora, como já aponte em sede liminar, esta Corte, para aplicar o princípio da insignificância, analisa as particularidades **da conduta e de seu resultado** – como, por exemplo, *ausência de periculosidade social da ação*. Daí, afirmar que as características pessoais do agente são irrelevantes para a aplicação do princípio, uma vez que não têm o condão, *de per si*, de configurar a tipicidade de crime algum.

2. Pelo exposto, **concedo a ordem**, para, cassando a decisão impugnada, restabelecer o acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que absolveu o paciente.



Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 93.393-9**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO

PACTE.(S) : ROQUE CÉSAR RODRIGUES

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por votação unânime, **deferiu** o pedido de **habeas corpus, nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Presidiu, este julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 14.04.2009.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Cezar Peluso, Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Gonçalves.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador